

Rolagem vai acarretar mais cortes

BRASÍLIA — Se o Congresso Nacional decidir acatar a sugestão dos secretários estaduais da Fazenda, e ampliar de 75 % para 90 % o limite máximo, permitido pela União, para rolagem das dívidas externas dos estados, "terá que indicar de onde o governo federal deverá tirar recursos para

cobrir a diferença", advertiu Luiz Jorge OLIVEIRA, da Secretaria de Controle Financeiro do Setor Público.

Segundo ele "a alteração pretendida terá como consequência mais cortes em programas federais". De 1983 a 1987 a União permitia a rolagem de 100 % da dívida dos estados com credores externos. Na condição de avalista desses empréstimos junto a instituições financeiras internacionais, o Tesouro Nacional depositava os dólares no Banco Central, à disposição dos credores no dia do vencimento. Depois, tentava renegociar a dívida. Esse procedimento acabou em 1988, mas até então os estados produziram um estoque de dívi-

da vencida, e a vencer em 1989, de cerca de US\$ 10,2 bilhões.

Despreparados — Acostumados a gastar nessas condições, os estados não estão preparados para a nova realidade. "Os governadores, aparentemente, esqueceram que a União sempre honrou os compromissos externos dos estados, e que isso tinha que mudar um dia", raciocina Oliveira. Uma das alegações mais frequentes que o secretário ouve em seu gabinete é a da negativa de autoria das dívidas. Segundo ele, "os secretários e governadores alegam que as dívidas foram feitas em governos anteriores."

Para Oliveira, tal argumentação é

insustentável porque "não se pode exigir que toda a sociedade continue pagando por obras localizadas." Ele lembra ainda que nem sempre os recursos dos empréstimos externos foram bem aplicados, do ponto de vista do bem comum. Diante desse quadro, considera que a contrapartida exigida dos estados pelo Orçamento Geral da União para 1989, documento que o Congresso está examinando (pela primeira vez com poderes para modificá-lo) "tem até um sentido pedagógico". Diz ele que os estados, agora, "deverão se endividar na medida de suas condições econômicas." Aumentar a receita e cortar despesas, "é a única saída", completa.